

FUNDAÇÃO MARIA CLEMENTINA GODINHO CAMPOS

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2017

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		4 275 591,23	4 353 615,46
Propriedades de Investimento		2 166 553,81	1 284 333,70
Goodwill			
Activos Intangíveis			
Activos Biológicos			
Participações Financeiras _ Método de Equivalência Patrimonial			
Participações Financeiras - outros métodos			
Accionistas / Sócios			
Outros activos financeiros		5 459,44	5 301,88
Activos por impostos diferidos			
		6 447 604,48	5 643 251,04
Activo corrente			
Inventários		27 155,00	
Activos Biológicos			
Activo Corrente			
Clientes		244 572,10	16 117,71
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		10 310,75	16 005,05
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber		78,79	723 785,87
Diferimentos		3 228,94	
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		3 255 174,64	3 231 806,56
		3 540 520,22	3 987 715,19
Total do ACTIVO		9 988 124,70	9 630 966,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		2 663 759,93	2 663 759,93
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados		6 856 896,49	7 197 894,81
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado liquido do período		354 814,01	-340 998,32
Interesses minoritários			
Total do fundo de Capital		9 875 470,43	9 520 656,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores			
Adiantamento de Clientes			
Estado e outros entes públicos		24 181,77	24 837,61
Accionistas / Sócios			
Financiamentos Obtidos			
Outras Contas a Pagar		88 472,50	85 472,20
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		112 654,27	110 309,81
Total do Passivo		112 654,27	110 309,81
Total do Capital Próprio e do Passivo		9 988 124,70	9 630 966,23

[Handwritten signatures and initials]

FUNDAÇÃO MARIA CLEMENTINA GODINHO CAMPOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		1 376 449,33	823 325,75
Subsídios à exploração		315 139,19	306 002,20
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção		10 875,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-63 670,82	-72 755,46
Fornecimentos e serviços externos		-490 973,41	-539 309,48
Gastos com pessoal		-671 690,16	-669 984,55
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		58 338,07	74 825,63
Outros gastos e perdas		-106 118,73	-168 530,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		428 348,47	-246 426,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-102 144,68	-117 746,98
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		326 203,79	-364 172,99
Juros e rendimentos similares obtidos		28 610,40	23 263,40
Juros e gastos similares suportados		0,18	88,73
Resultado antes de impostos		354 814,01	-340 998,32
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		354 814,01	-340 998,32
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores de Capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		0,00	0,00
Resultado por acção básico			

Zu
fu

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Maria Clementina Godinho de Campos (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 9.888.124,70 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.875.470,433 euros, incluindo um resultado líquido de 354.814,01 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material

devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS
& ASSOCIADOS, SROC LDA.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2018

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881